



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 58/2018 - UFPA, DE 06 DE ABRIL DE 2018

NÍVEL D (Nível Médio)
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

10 de junho de 2018

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **50** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos** – 10 de Língua Portuguesa e 10 de Legislação – e **30** de **Conhecimentos Específicos**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
- 6 Do **Cartão-Resposta**, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada ou com o uso de corretivo.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA somente será substituído se contiver falha de impressão e/ou se os dados apresentados não corresponderem aos seus.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 9 O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 10 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 11 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES ao deixar, em definitivo, a sala de provas, no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 12 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 8:00 horas e término às 12:00 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito a 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 13 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Profissão: paranormal

1 Videntes, caçadores de fantasmas e paranormais sortidos seguem desafiando o racionalismo
2 mundial, predominante desde o século 17, quando a ciência começou a abafar credências de todo tipo.
3 Mesmo sem comprovação em laboratório, os fenômenos ainda constroem carreiras e são empregados até
4 na solução de crimes.

5 Um menino de 5 anos que morava na cidade de Salinas, a 40 quilômetros da capital uruguaia,
6 Montevidéu, havia desaparecido, e as autoridades estavam sem pistas. Sofrendo pressão da opinião pública
7 e de familiares do garoto, resolveram recorrer a um paranomal, o publicitário Marcelo Acquistapace. A
8 solução desesperada veio de Fabio Puentes, um especialista em hipnose, que indicou alguns paranormais
9 para a polícia. Puentes conhecia as habilidades de Marcelo havia 7 anos e o chamou para ajudar. Naquele
10 dia de fevereiro de 1991, o paranormal conseguiu descrever os últimos passos da criança após tocar em
11 objetos do garoto, mas não viu nada sobre o seu destino. Dias depois, a imagem de 2 tanques de água ao
12 lado de uma lagoa surgiu em sua mente. “Em casos de desaparecidos, a primeira coisa que tento saber é
13 se a pessoa está viva ou morta”, explicou Marcelo para a série *Superhumanos Latinoamérica*, do canal
14 History Channel, em 2012. Quando ele descobre que a pessoa está morta, relata sentir uma onda de energia
15 desde o pescoço até as costas e um sentimento de tristeza. Foi esse o destino do garoto de Salinas. Seu
16 corpo foi encontrado enterrado de cabeça para baixo na beira da lagoa que o paranormal descreveu.

17 O sumiço do garoto de Salinas foi o primeiro trabalho de Marcelo para a polícia. Desde então, já
18 ajudou as autoridades em mais de 100 casos, que registra com detalhes em seu blog. Paranormal e
19 publicitário, é um artista plástico reconhecido por todo o Uruguai e, além de trabalhar para a polícia, também
20 é procurado por quem busca informações sobre parentes desaparecidos. Em 2012, o paranormal uruguaio
21 deu dicas da localização de um avião que desapareceu sobre o rio da Prata a pedido das famílias do piloto
22 e do copiloto. Atualmente, ministra cursos e conferências pagas para falar de seus poderes clarividentes.

23 A polícia recorre a Marcelo Acquistapace porque ele teria o dom da clarividência – ou visão remota,
24 uma espécie de habilidade secreta da mente estudada pela parapsicologia que permite ao paranormal
25 enxergar pessoas e objetos que estão além do alcance dos seus olhos.

26 O uruguaio, por exemplo, diz que pode localizar objetos, pessoas e descrever ações que estão
27 acontecendo ou já aconteceram, revelar o conteúdo de um envelope fechado e ver o que está atrás de uma
28 porta. Durante um teste com o uruguaio, foi dada a uma pessoa a instrução de ir até algum lugar de
29 Montevidéu. Ela decidiria o destino sozinha e não contaria a ninguém. Em outro ponto da cidade, apenas
30 com uma foto e os dados (nome completo e data de nascimento) da pessoa, Marcelo conseguiu descrever
31 o local. Ele desenhou uma baía, disse que via mar, areia, prédios e carros. Depois, relatou detalhes, como
32 um granito da cor salmão. Quando as impressões do paranormal foram comparadas com a realidade, a
33 semelhança era visível. A pessoa estava em uma das avenidas de Pocitos, na costa da capital uruguaia,
34 dentro de um prédio onde o piso era feito de granito salmão.

35 Já faz um século que pesquisadores tentam provar cientificamente a existência de fenômenos
36 paranormais. Os estudos tratam de uma das quatro habilidades básicas: telepatia (transmissão de
37 pensamentos entre pessoas ou animais), clarividência (habilidade de ver algo remotamente), psicocinese
38 (mover objetos e influenciar pessoas com o poder da mente) e precognição (acesso aos acontecimentos
39 futuros). Apesar de séculos de relatos impressionantes, como os de Marcelo, a paranormalidade ainda é um
40 mistério científico. Os céticos alegam que os estudos produzidos pela “pseudociência” não têm resultados
41 reproduzíveis. Isto é, sempre que se repete um estudo envolvendo fenômenos psi, as conclusões mudam.
42 E também não há hipóteses convincentes que levem a uma investigação mais profunda para explicar o
43 funcionamento desses poderes. Como Acquistapace localizou o menino desaparecido? A ciência nunca
44 conseguiu descobrir. Para céticos, parte dos relatos não passa de truque ou pura sorte. Seja como for, os
45 sensitivos continuam impressionando.

Melissa Schroder. Dossiê Superinteressante: Sobrenatural – o lado oculto da realidade. Edição 383-A.
dezembro de 2017.

- 1 De acordo com o texto, a paranormalidade de Marcelo Acquistapace o torna capaz de
- (A) adivinhar acontecimentos futuros.
 - (B) descrever fatos já ocorridos.
 - (C) mover objetos com o poder da mente.
 - (D) transmitir pensamentos para outras pessoas.
 - (E) ler a mente de animais.



- 2 A clarividência é um fenômeno paranormal apresentado por pessoas que têm o dom de
- (A) adivinhar o que as outras pessoas estão pensando.
 - (B) mover objetos só com a força da mente.
 - (C) falar com outra pessoa só através do pensamento.
 - (D) saber de antemão o que vai acontecer.
 - (E) ver algo que está fora do alcance de sua visão.
- 3 No trecho “...quando a ciência começou a abafar credências de todo tipo.” (linha 2), a expressão *abafar credências* indica que as credências
- (A) começam a perder credibilidade.
 - (B) passam a ser cientificamente comprovadas.
 - (C) são racionalmente explicadas.
 - (D) deixam de ser saberes populares.
 - (E) são fenômenos paranormais.
- 4 A palavra *empregados*, no trecho “... e são empregados até na solução de crimes.” (linhas 3 e 4), remete diretamente a
- (A) paranormais.
 - (B) videntes.
 - (C) fenômenos.
 - (D) carreiras.
 - (E) caçadores de fantasma.
- 5 Nos trechos “...mas não viu nada sobre o seu destino...” (linha 11) e “...além do alcance dos seus olhos.” (linha 25), os pronomes *seu* e *seus* se referem, respectivamente,
- (A) a Marcelo Acquistapace e Fábio Puentes.
 - (B) à criança e a Marcelo Acquistapace.
 - (C) ao paranormal e ao garoto de salinas.
 - (D) ao garoto e a Fábio Puentes.
 - (E) a Marcelo Acquistapace e ao paranormal.
- 6 Para fazer referência a Marcelo Acquistapace o autor do texto emprega as seguintes expressões:
- (A) artista plástico (linha 19), paranormal (linha 7), pessoa (linha 13)
 - (B) especialista em hipnose (linha 8), paranormal (linha 7), ele (linha 14)
 - (C) paranormal (linha 7), paranormal uruguaio (linha 20), pessoa (linha 13)
 - (D) pessoa (linha 13), paranormal (linha 7), publicitário (linha 7)
 - (E) paranormal (linha 7), paranormal uruguaio (linha 20), ele (linha 14)
- 7 A forma verbal *teria*, no trecho “...porque ele teria o dom da clarividência...” (linha 23), foi empregada para sinalizar que
- (A) não se tem certeza do dom de clarividência de Marcelo Acquistapace.
 - (B) Marcelo Acquistapace tem, com certeza, o dom da clarividência.
 - (C) Marcelo Acquistapace teve, mas não tem mais o dom da clarividência.
 - (D) a clarividência de Marcelo Acquistapace é fraca.
 - (E) Marcelo Acquistapace poderá vir a ter o dom da clarividência.



- 8 No trecho “Apesar de séculos de relatos impressionantes, como os de Marcelo, a paranormalidade ainda é um mistério científico.” (linhas 39 e 40), a locução conjuntiva *apesar de* expressa a ideia de
- (A) concessão.
 - (B) causa.
 - (C) tempo.
 - (D) condição.
 - (E) finalidade.
- 9 A preposição *para* indica direção no seguinte trecho:
- (A) “*Puentes conhecia as habilidades de Marcelo havia 7 anos e o chamou para ajudar.*” (linha 9)
 - (B) “*Seu corpo foi encontrado enterrado de cabeça para baixo na beira da lagoa...*” (linhas 15 e 16)
 - (C) “*O sumiço do garoto de Salinas foi o primeiro trabalho de Marcelo para a polícia.*” (linha 17)
 - (D) “*Atualmente, ministra cursos e conferências pagas para falar de seus poderes clarividentes.*” (linha 22)
 - (E) “*Para céticos, parte dos relatos não passa de truque ou pura sorte.*” (linha 44)
- 10 A ciência que estuda os fenômenos paranormais é classificada no texto como “*pseudociência*” porque
- (A) seus resultados não são reproduzíveis.
 - (B) trabalha com hipóteses seguras e confiáveis.
 - (C) explica de forma profunda os fenômenos psi.
 - (D) apresenta resultados imutáveis.
 - (E) explica como funcionam os poderes paranormais.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 Recondição e reversão, de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, integram as formas de provimento de cargo público, que são
- (A) I – nomeação, II – Promoção, III – readaptação, IV – aproveitamento, V – reintegração e VI – ascensão.
 - (B) I – nomeação, II – Promoção, III – readaptação, IV – reversão, V – aproveitamento, VI – reintegração e VII – transferência.
 - (C) I – nomeação, II – Promoção, III – readaptação, IV – aproveitamento e V – reintegração.
 - (D) I – nomeação, II – Promoção, III – readaptação, IV – reversão, V – aproveitamento, VI – reintegração, VII – ascensão e VIII – transferência.
 - (E) I – nomeação, II – Promoção, III – aproveitamento, IV – reintegração e V – ascensão.
- 12 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, exoneração e demissão geram vacância do cargo público. Outros quesitos dos quais decorrem a vacância do cargo público são
- (A) I – promoção, II – readaptação, III – aposentadoria, IV – posse em outro cargo inacumulável, V – falecimento, VI – ascensão e VII – transferência.
 - (B) I – promoção, II – readaptação, III – aposentadoria, IV – posse em outro cargo inacumulável e V – falecimento.
 - (C) I – promoção, II – readaptação, III – aposentadoria, IV – posse em outro cargo inacumulável, V – falecimento e VI – ascensão.
 - (D) I – promoção, II – readaptação, III – aposentadoria, IV – posse em outro cargo inacumulável, V – falecimento e VI – transferência.
 - (E) I – promoção, II – readaptação, III – aposentadoria, IV – posse em outro cargo inacumulável e V – transferência.



- 13 Estabelece a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade. A Lei diz, ainda, que o substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem ao período, superiores a
- (A) 40 dias consecutivos.
 - (B) 30 dias consecutivos.
 - (C) 45 dias consecutivos.
 - (D) 50 dias consecutivos.
 - (E) 60 dias consecutivos.
- 14 A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa. É o que determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Da sindicância poderão resultar
- (A) I – arquivamento do processo, II – aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias e III – instauração de processo disciplinar.
 - (B) I – arquivamento do processo, II – aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 60 (sessenta) dias e III – instauração de processo disciplinar.
 - (C) I – arquivamento do processo, II – aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 90 (noventa) dias e III – instauração de processo disciplinar.
 - (D) I – arquivamento do processo, II – aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 120 (cento e vinte) dias e III – instauração de processo disciplinar.
 - (E) I – arquivamento do processo e II – aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias.
- 15 Além do vencimento, em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:
- (A) I – indenizações e II – gratificações, somente.
 - (B) I – indenizações e II – adicionais, somente.
 - (C) I – gratificações e II – adicionais, somente.
 - (D) I – gratificações, exclusivamente.
 - (E) I – indenizações, II – gratificações e III – adicionais.



- 16 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Além de alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências, usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular do direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material, outras vedações ao servidor público são
- (A) a) o uso do cargo ou função, facilidades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; b) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; d) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; e) permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; f) pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; g) iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos; h) desviar servidor público para atendimento a interesse particular, dentre outros.
- (B) a) o uso do cargo ou função, facilidades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; b) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; d) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; e) permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; f) pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; g) comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis; h) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum.
- (C) a) o uso do cargo ou função, facilidades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; b) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; d) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; e) permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; f) pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; g) manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição; h) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem a obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.
- (D) a) o uso do cargo ou função, facilidades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; b) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; d) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; e) permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; f) pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; g) facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito; h) divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.



- (E) a) o uso do cargo ou função, facilidades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; b) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; d) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; e) permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; f) pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; g) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal; h) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.
- 17 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Para os efeitos desta Lei, são consideradas Instituições Federais de Ensino os órgãos e entidades públicos vinculados ao Ministério da Educação que tenham por atividade-fim o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e extensão e que integram o Sistema de Ensino
- (A) Federal e Estadual.
(B) Federal e Municipal.
(C) Federal.
(D) Federal e Particular.
(E) Federal, Estadual e Municipal.
- 18 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou de entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação, cuja licença poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a
- (A) 20 dias.
(B) 30 dias.
(C) 15 dias.
(D) 10 dias.
(E) 25 dias.
- 19 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dar-se-á o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, objetivando estabelecer a matriz de alocação de cargos e definir critérios de distribuição de vagas, mediante
- (A) I – a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências, II – a análise dos processos e condições de trabalho e III – as condições tecnológicas da IFE, somente.
(B) I – a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional, II – a análise dos processos e condições de trabalho e III – as condições tecnológicas da IFE, somente.
(C) I – a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional, II – a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências, III – a análise dos processos e condições de trabalho e IV – as condições tecnológicas da IFE.
(D) I – a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional, II – a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III – as condições tecnológicas da IFE, somente.
(E) I – a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional, II – a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III – a análise dos processos e IV – condições de trabalho, somente.



- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. O servidor público ou o militar que descumprir o disposto neste Decreto estará sujeito às penalidades previstas, respectivamente, na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Os usuários dos serviços públicos que tiverem os direitos garantidos neste Decreto desrespeitados poderão se fazer representar junto ao
- (A) Ministério da Justiça.
 - (B) Ministério da Educação.
 - (C) Ministério do Desenvolvimento Social.
 - (D) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
 - (E) Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Na unidade de gestão estratégica de uma instituição pública é necessário implantar o processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização, denominado de
- (A) gestão por competências.
 - (B) gestão da mudança.
 - (C) gerenciamento de conflitos.
 - (D) gerenciamento de riscos.
 - (E) planejamento.
- 22 A ferramenta gerencial analítica e de comunicação essencial para líderes e organizações inovadoras que intencionam promover melhorias ou implantar uma estrutura voltada para novos processos é denominada de
- (A) análise swot.
 - (B) gestão de desempenho.
 - (C) mapeamento de processos.
 - (D) mapeamento de competências.
 - (E) diagnóstico organizacional.
- 23 O Decreto nº 9.235/2017 apresenta instruções para elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). No que tange ao artigo 21, a instituição deve observar no PDI, no mínimo, os elementos previstos no referido decreto. Sobre esses elementos, analise os itens a seguir:
- I A metodologia de gestão de riscos e controle interno apresentada de forma sistemática, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público.
 - II Missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso.
 - III Os componentes dos controles internos da gestão e do gerenciamento de riscos de todos os níveis, unidades e dependências do órgão ou da entidade pública.
 - IV Projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais.
- São considerados corretos os itens
- (A) I e II, somente.
 - (B) I e III, somente.
 - (C) II e III, somente.
 - (D) II e IV, somente.
 - (E) I, II, III e IV.



- 24 A Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 - Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. O artigo 8º diz que os controles internos da gestão do órgão ou entidade devem ser desenhados e implementados em consonância com alguns princípios. A respeito desses princípios é correto afirmar que
- (A) é compromisso da alta administração atrair, desenvolver e reter pessoas com competências técnicas, em alinhamento com os objetivos da organização.
 - (B) é dever do gestor esclarecer ao usuário sobre a função social da organização e a necessidade de preservação do meio ambiente e de trabalho.
 - (C) é necessário e obrigatório cumprir fiel e integralmente as obrigações e os compromissos assumidos, relativos ao exercício profissional.
 - (D) é dever do gestor público resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros benefícios.
 - (E) é dever do servidor participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum.
- 25 O processo contínuo de negociação, acompanhamento e renegociação de metas, individuais e grupais, com foco nos resultados organizacionais e que gera subsídios para recompensar desempenhos superiores é a(o)
- (A) gestão de desempenho.
 - (B) gestão de riscos.
 - (C) controle interno de gestão.
 - (D) gestão do orçamento e finanças.
 - (E) gestão patrimonial.
- 26 O orçamento público é o instrumento de gestão de maior relevância e provavelmente o mais antigo da administração pública. É um instrumento que os governos usam para organizar os seus recursos financeiros. Partindo da intenção inicial de controle, o orçamento público tem evoluído e vem incorporando novas instrumentalidades.
- Considerando a Lei nº 4.320/1964 no que tange à temática “Despesa”, pode-se afirmar que
- (A) as despesas são atividades e processos usados para avaliar entradas, processamentos e saídas, de modo a permitir as ações corretivas.
 - (B) para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
 - (C) a liquidação da despesa consiste na verificação de sistemas com relações fixas e automáticas entre seus componentes, sem muita flexibilidade nas interações com o orçamento.
 - (D) o empenho de despesa é o conjunto de atributos que caracterizam um objeto, tornando-o diferente dos demais.
 - (E) o pagamento da despesa tem como objetivo a comparação de quantidades de dados relativos e categorias diferentes.
- 27 A modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto é chamada de
- (A) concorrência.
 - (B) tomada de contas.
 - (C) concurso.
 - (D) tomada de preços.
 - (E) avaliação de bens.



28 O Decreto nº 9.094/2017 dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. No que tange ao Capítulo I da racionalização de exigências e da troca de informações, assinale com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas.

- () A autenticação de cópia de documentos poderá ser feita, por meio de cotejo da cópia com o documento original, pelo servidor público a quem o documento deva ser apresentado.
- () A irregularidade perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social e o FGTS ensejará o sobrestamento dos processos regulatórios em trâmite.
- () Após a protocolização de requerimento, caso o agente público verifique que o órgão ou a entidade do Poder Executivo Federal é incompetente para o exame ou a decisão da matéria, deverá providenciar a remessa imediata do requerimento ao órgão ou à entidade do Poder Executivo Federal competente.
- () Os órgãos e as entidades responsáveis por bases de dados oficiais da administração pública federal prestarão orientações aos órgãos e às entidades públicos interessados para o acesso às informações constantes das bases de dados, observadas as disposições legais aplicáveis.

A sequência correta é

- (A) V, F, F, F.
- (B) F, V, F, V.
- (C) F, F, V, F.
- (D) V, F, V, F.
- (E) V, F, V, V.

29 A política de gestão de riscos deve ser instituída pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal especificando diretrizes, conforme prevê a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016. Com base nessa informação, a equipe responsável pela unidade de controle interno de uma instituição pública deve elaborar a política de gestão de riscos observando essas diretrizes. Entre tais diretrizes estão as seguintes:

- I Utilizar metodologia e ferramentas para o apoio à gestão de riscos.
- II Desenvolver continuamente agentes públicos em gestão de riscos.
- III Apontar falhas nos regulamentos e normas das instituições, quando as julgar indignas do exercício profissional ou prejudiciais ao usuário.
- IV Ter respeito ao gestor de riscos, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Federal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, somente.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, somente.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e II, somente.

30 O processo que tem a finalidade de mapear o caminho a ser seguido até se definirem os resultados desejados e se conduzirem os esforços para a concretização desses resultados por meio da gestão estratégica pode ser chamado de

- (A) avaliação de desempenho.
- (B) matriz swot.
- (C) gestão por processos.
- (D) logística sustentável.
- (E) planejamento estratégico.



- 31 A unidade de seleção e admissão de pessoal iniciou o processo de acolhimento dos novos servidores de uma instituição pública. Para isso, além da entrega de manuais, foi necessário prestar esclarecimentos sobre o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, conforme previsto na Lei nº 12.618/2012, segundo a qual
- (A) o produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis somente se incluirá na receita quando umas e outras forem especificamente autorizadas pelo Poder Legislativo em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las no exercício.
 - (B) a remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.
 - (C) o benefício especial será pago pelo órgão competente da União, por ocasião da concessão de aposentadoria, inclusive por invalidez, ou pensão por morte pelo regime próprio de previdência da União, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, enquanto perdurar o benefício pago por esse regime, inclusive junto com a gratificação natalina.
 - (D) o protocolo de pedido de credenciamento de IES e de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de curso superior, antes do vencimento do ato autorizativo anterior, prorroga automaticamente a validade do ato autorizativo até a conclusão do processo e a publicação de portaria.
 - (E) as modificações do ato autorizativo serão processadas na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou credenciamento de IES, autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.
- 32 A unidade responsável pelo planejamento estratégico de uma instituição pública precisa elaborar o seu plano de gestão que contemple o período de 05 (cinco) anos. Para isso, devem-se realizar algumas atividades, como definir missão, visão e valores organizacionais, os objetivos e as metas institucionais. Sobre a missão organizacional, analise os itens a seguir:
- I A missão define os alvos quantitativos, com prazos e valores.
 - II O processo de elaboração da missão implica a substituição de processos burocráticos por tecnologias que incluem um eficaz sistema de informação.
 - III A missão organizacional é a declaração do propósito e do alcance da organização em termos de produtos e serviços.
 - IV A missão da organização deve ser definida em termos de atender a alguma necessidade do ambiente externo.
- São considerados corretos os itens
- (A) I, II e III.
 - (B) II e III, somente.
 - (C) I e II, somente.
 - (D) III e IV.
 - (E) I e IV.
- 33 O Decreto 5.707/06 é inovador pelos conceitos que utiliza. Propõe o modelo de gestão por competências, que deve ser adequado aos objetivos institucionais, tendo como referência o Plano Plurianual de governo. Prevê, ainda, a divulgação e o gerenciamento das ações de capacitação. A respeito do modelo de gestão por competências pode-se afirmar que
- (A) tem como finalidade a disponibilização, em plataforma única e centralizada, mediante o nível de autenticação requerido, do acesso às informações e à prestação direta dos serviços públicos.
 - (B) é responsável pelo ambiente de controle interno da entidade, a avaliação de risco, as atividades de controles internos, a informação e comunicação e o monitoramento.
 - (C) é o conhecimento subjetivo, incorporado por meio da experiência cotidiana e que nem sempre pode ser transmitido ou transformado em palavras.
 - (D) implica a constante análise e avaliação das observações feitas sobre os indicadores monitorados.
 - (E) tem potencial em todo o ciclo de ações da gestão de pessoas, ou seja, seleção, alocação, desenvolvimento e avaliação de desempenho.



- 34 Sobre o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que estabelece as diretrizes para o desenvolvimento sustentável nas contratações na administração pública federal, assinale com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas.
- () O Comitê Gestor da Plataforma de Cidadania Digital poderá convidar outros órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional para participar de suas reuniões.
 - () A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir, no instrumento convocatório para a aquisição de bens, que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.
 - () A participação no Comitê Gestor da Plataforma de Cidadania Digital será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.
 - () Compete à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, como órgão central do Sistema de Serviços Gerais – SISG –, expedir normas complementares sobre critérios, práticas e ações de logística sustentável.

A sequência correta é

- (A) V, V, F, V.
- (B) V, F, F, V.
- (C) F, V, F, V.
- (D) F, F, V, F.
- (E) V, V, F, F.

- 35 O modelo de administração pública gerencial inspirou-se na administração privada, mas manteve uma distinção fundamental, que é a defesa do interesse público. Dentro do modelo gerencial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão assume um papel muito importante. A respeito da temática "Atendimento ao cidadão", analise as afirmativas a seguir.

- I Para o adequado atendimento ao cidadão é necessário comunicar suas iniciativas aos servidores e aos usuários.
- II É importante realizar continuamente pesquisas junto aos servidores públicos para detectar obstáculos e outros problemas que dificultem a melhoria dos serviços.
- III O gestor da área de atendimento ao cidadão deve identificar e diluir as eventuais resistências às mudanças explicando o objetivo do trabalho, motivando os servidores e mostrando a melhora no desempenho.
- IV É fundamental administrar interesses divergentes por meio de um processo de negociação, trocas e acordos.

As afirmativas consideradas corretas são

- (A) I, II e III, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II, III e IV, somente.

- 36 O processo administrativo responsável pelas compras (suprimento), recebimento, armazenagem, distribuição e controle, além de contribuir nas políticas públicas de desenvolvimento nacional sustentável, é a(o)

- (A) gestão de orçamento.
- (B) gestão de protocolo.
- (C) gestão de materiais.
- (D) sistema de informação gerencial.
- (E) sistema integrado de protocolo e patrimônio.



- 37 Considere as seguintes afirmativas sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados.
- I Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.
 - II Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.
 - III Serão divulgadas por extrato, no sítio eletrônico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, as demandas de fortalecimento da capacidade institucional enviadas pelos órgãos e entidades, suas justificativas e o impacto orçamentário resultante, quando houver.
 - IV A disponibilidade de canal de atendimento digital para a prestação dos serviços públicos não substitui outros meios de atendimento necessários à natureza e ao público-alvo dos serviços, conforme avaliação do gestor do serviço.

As afirmativas consideradas corretas são

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e IV.

- 38 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Quanto ao Capítulo V, do Ingresso no Cargo e das Formas de Desenvolvimento, analise as afirmativas a seguir.

- I O edital definirá as características de cada fase do concurso público, os requisitos de escolaridade, a formação especializada e a experiência profissional, os critérios eliminatórios e classificatórios, bem como eventuais restrições e condicionantes decorrentes do ambiente organizacional ao qual serão destinadas as vagas.
- II A liberação do servidor para a realização de cursos de Mestrado e Doutorado está condicionada ao resultado favorável na avaliação de desempenho.
- III Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.
- IV Será instituído Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento.

As afirmativas consideradas corretas são

- (A) I, II e III, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e IV, somente.
- (E) I, II e IV, somente.

- 39 Uma determinada instituição precisa capacitar os servidores responsáveis pela área de Planejamento. Para isso, o gestor da unidade demandou para a área da Capacitação uma proposta de treinamento que aborde a temática “Planejamento Estratégico, Tático e Operacional nas Organizações Públicas”. O servidor responsável em elaborar a ementa e o conteúdo do treinamento não pode esquecer de incluir que o propósito do processo de planejamento estratégico é a

- (A) criação de sistemas em que servidores trabalham na base de um número de horas fixado para o ano e não para a semana ou mês, como usualmente se pratica.
- (B) mobilização das energias pessoais e de processos de mudança que gerem contaminação positiva dos membros da instituição.
- (C) organização e capacidade de ter uma imagem compartilhada do futuro que buscamos criar.
- (D) formulação de estratégias e sua implementação através de planos táticos e operacionais.
- (E) realocação e redistribuição de servidores que seja compatível com os perfis e quantitativos necessários à organização.



- 40 A unidade responsável pela gestão patrimonial de uma instituição acaba de receber novos servidores. Sendo assim, é fundamental que o gestor da unidade oriente sobre alguns conceitos básicos. Um desses conceitos é relacionado ao procedimento de identificação de um bem patrimonial, efetuado na incorporação do bem ao patrimônio de uma organização denominado de
- (A) sistema de gestão de materiais.
 - (B) logística sustentável.
 - (C) almoxarifado.
 - (D) protocolo.
 - (E) tombamento.
- 41 O processo de aquisição, registro, conservação e controle do acervo de bens permanentes de um órgão público ou que tenha este tipo de controle exigido regimentalmente é denominado
- (A) gestão patrimonial.
 - (B) análise de riscos.
 - (C) codificação.
 - (D) normalização.
 - (E) classificação abc.
- 42 Sobre as etapas da classificação de materiais, considere os seguintes itens.
- I Catalogação é o arrolamento de todos os itens de material existentes em estoque, permitindo uma ideia geral do conjunto.
 - II Simplificação é a redução da diversidade de itens de material em estoque que se destinam a um mesmo fim.
 - III Identificação é a descrição minuciosa do material, possibilitando sua individualização em uma linguagem familiar ao mercado.
 - IV Normalização é a possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos.
- São considerados corretos os itens
- (A) I, II e IV.
 - (B) II e III, somente.
 - (C) I e II, somente.
 - (D) I, II e III.
 - (E) III e IV.
- 43 O Planejamento Estratégico, mais que um documento estático, deve ser visto como um instrumento dinâmico de gestão, que contém decisões antecipadas sobre a linha de atuação a ser seguida pela organização no cumprimento de sua missão. Sobre o Planejamento Estratégico, é correto afirmar que
- (A) é uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida pela Organização, visando maior grau de interação com o ambiente.
 - (B) se refere aos ativos de conhecimento da organização que determinam a sua vantagem competitiva.
 - (C) é a técnica que considera o papel que os diversos órgãos desempenham na formação de cadeias de valor.
 - (D) é a comunicação entre avaliador e avaliado com a intenção de provocar algum tipo de mudança positiva no desempenho.
 - (E) é um tipo específico de representação que utiliza imagens, gráficos, listas ou tabelas para detalhar os processos.



- 44 A Lei nº 8.666/93 que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. O conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou o serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilitem a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução é chamado de
- (A) alienação de bens.
 - (B) projeto básico.
 - (C) tombamento.
 - (D) nota de empenho.
 - (E) inventário.
- 45 A modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, é denominada
- (A) concurso.
 - (B) leilão.
 - (C) convite.
 - (D) tomada de preços.
 - (E) projeto executivo.
- 46 O conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente é denominado de
- (A) gestão de projetos.
 - (B) gestão documental.
 - (C) gestão de conflitos.
 - (D) gestão da comunicação.
 - (E) plano pedagógico institucional.
- 47 Considerando o Decreto nº 5.707/2006, o processo permanente e deliberado de aprendizagem que tem o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais é a(o)
- (A) avaliação de desempenho.
 - (B) gestão de riscos.
 - (C) clima organizacional.
 - (D) mapeamento de processos.
 - (E) capacitação.
- 48 Considerando a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação é denominado de
- (A) tratamento da informação.
 - (B) autenticidade.
 - (C) informação sigilosa.
 - (D) integridade.
 - (E) risco.



- 49 A Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Quanto à Seção VI das Alienações, é correto afirmar o seguinte:
- (A) do total de recursos orçamentários aprovados e destinados à alienação, os órgãos e as entidades devem reservar o percentual fixado a cada biênio pelo Comitê Gestor para atendimento das necessidades específicas.
 - (B) na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.
 - (C) a comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.
 - (D) a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório.
 - (E) a comprovação das exigências apresentadas no projeto básico poderá ser feita por meio de certificação digital reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no projeto básico.
- 50 A Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. Tendo como base a referida instrução normativa, compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade a(o)
- (A) comunicação interpessoal.
 - (B) gestão de conflitos.
 - (C) governança no setor público.
 - (D) planejamento tático.
 - (E) gestão estratégica de pessoas.